

INCLUSÃO ACADÊMICA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CAMINHOS PARA UMA SOCIEDADE EQUITATIVA

JOÃO LUCAS TELES BORGES¹; ANA CAROLINA MENDONÇA BARRETO²;
CAROLINE GUTKNECHT DORO³

Aline de Medeiros cunha⁴

¹Universidade Federal de Pelotas – josluo04042005@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – ana.barreto@ufpel.edu.br

³Universidade Federal de Pelotas – carolinegutknecht25@gmail.com

⁴Nome da Instituição do Orientador – alinencm@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como intuito a constatação dos desafios a serem enfrentados e dos objetivos a serem alcançados no campo do ensino quanto se trata à inclusão, principalmente no ensino superior, em um destino a uma sociedade equitativa baseando-se nos princípios do artigo Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo (POKER, R. B.; VALENTIM, F. O. D.; GARLA, I. A., 2018):

“Uma das finalidades da educação superior é formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais. Tal especificidade precisa ser considerada na implementação da inclusão, pois demanda transformações complexas na estrutura e no funcionamento da universidade e consequentemente na forma de pensar e de agir dos seus professores. De um modelo de ensino superior que, historicamente, formava futuros profissionais com base na seleção e na competitividade, agora, com a inclusão, propõe-se o acolhimento de todos os alunos, atendendo às suas especificidades para aprender, garantindo-lhes a acessibilidade necessária. Será que essa transformação é possível?”

Uma vez que esforços como a lei nº 13.146/2015 (2015), ao qual institui como sua destinação o ato de promover e assegurar, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiências, visando à sua inclusão social e cidadania, sendo esta a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que definirá no capítulo 4 “DO DIREITO À EDUCAÇÃO” o dever de assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Em um objetivo cujo destino é uma sociedade equitativa, o cumprimento desta lei é de inestimável importância para o âmbito da educação ao qual, de caráter formador, carrega a responsabilidade da inclusão em suas bases, uma vez que a educação inclusiva abre iguais oportunidades para pessoas com deficiências, logo, para âmbitos de relevância em que possam exercer seus direitos como cidadãos em plenitude, cientes destes objetivos.

Ciente desses desafios, há de criticamente analisar as contribuições sendo realizadas, para conhecer se o cumprimento desses propósitos em destino à uma

sociedade equitativa estão sendo realizados em sua totalidade e se não, como poderiam.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

Por meio de uma abordagem qualitativa-descritiva apresenta procedimentos de investigação das experiências, dificuldades e potencialidades no processo de ensino- aprendizagem, e a inserção na comunidade acadêmica, de Alunos com Deficiências, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Altas Habilidades e Superdotação. Para isso, foi idealizado e elaborado por meio do Google Forms, um questionário para aplicação junto ao público alvo de forma virtual. O questionário foi compartilhado em mídias sociais com o público acadêmico da UFPel, e todas as respostas foram recolhidas de forma anônima.

O questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. (GILL, 1999, p.128 apud ARAXÁ, 2011, p.260)

Objetivando um levantamento de dados eficaz, a elaboração do instrumento de coleta foi realizada de forma a comunicar diretamente ao público alvo a intenção com o qual a pesquisa estaria sendo aplicada. Expondo no corpo superior do Formulário o título do trabalho, um breve texto com informações sobre a pesquisa e orientações sobre o preenchimento do mesmo.

Para a estruturação do questionário foram escolhidas perguntas fechadas, perguntas fechadas de múltipla escolha e perguntas abertas. Sabendo que, as perguntas abertas são aquelas que permitem liberdade ilimitada de respostas ao informante. Nelas poderá ser utilizada linguagem própria do respondente. Elas trazem a vantagem de não haver influência das respostas pré-estabelecidas pelo pesquisador, pois o informante escreverá aquilo que lhe vier à mente.[...] Já as perguntas fechadas trarão alternativas específicas para que o informante escolha uma delas. (ARAXÁ, 2011, p.262).

As perguntas foram pensadas de maneira a facilitar a compreensão por parte dos entrevistados, a não interferir no seu processo de crítico e a identificar com veracidade a perspectiva de cada um buscando compreender a complexidade do fenômeno investigado.

Após a coleta dos dados, houve a análise das diferentes opiniões e pontos de vista e então elaboradas conclusões sobre os objetivos estabelecidos para a pesquisa, interpretando o contexto e variáveis apresentadas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo foram obtidos por meio das respostas recolhidas através de um formulário online, de 9 (nove) participantes, alunos com matrícula ativa na UFPel e dentre esses 1 (um) é tutor do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. Todos os respondentes indicam uma ou mais deficiências, sendo, 3 (três) pessoas com Deficiência Auditiva, 2 (duas) com TEA, 1 (uma) Superdotada e 3 (três) responderam ter uma ou mais deficiências. Isso demonstra a abrangência da amostra pesquisada e a diversidade de perspectivas dentro da comunidade acadêmica da UFPel.

Quanto aos questionamentos sobre as ações inclusivas da Universidade, as respostas apontam uma variação na experiência de inclusão, com alguns relatos positivos, enquanto outros apontam para lacunas no suporte institucional. Dentre as práticas pedagógicas da universidade foi abordada a perspectiva dos respondentes quanto ao suporte recebido em monitorias e tutorias durante seu processo de ensino-aprendizagem, 5(cinco) dos respondentes usufruem de monitorias e tutorias.

Sobre as suas experiências durante esse suporte, 4(quatro) apontam uma boa experiência e 1(uma) indica que a experiência foi regular, os fatores de causa para essas respostas não foram investigados neste tópico. No entanto, é de destaque em sessões de perguntas abertas a constatação de que essas experiências de inclusão podem variar em graus severamente diferentes, como a falta de suporte à discentes PCDs que possuem deficiências como superdotação e transtorno de déficit de atenção, onde não são qualificados para acompanhamento acadêmico por estruturas responsáveis por essa intervenção.

Ao considera -se os casos em que os discentes com deficiências não são acompanhados, um dos órgãos responsáveis pelo objetivo de um espaço acadêmico mais equitativo é o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, ao qual possui um número limitado de bolsas, logo tutores, para poder prestar essenciais serviços para indivíduos aos quais necessitam de apoios como o atendimento psicológico, materiais de estudo adaptados e o suporte de tutores e ou monitores, prestando auxílio dentro do ambiente acadêmico. Espera - se que um tutor do NAI acompanhe em média 3 (três) discentes, sendo estes podendo ser de distintos cursos, ocasionando a incompatibilidade com o curso que o próprio tutor está realizando, o que demarca uma falta de alocação de recursos essenciais para a manutenção de uma das ferramentas que fomentam firmemente uma sociedade acadêmica equitativa.

A análise das respostas quanto a acessibilidade necessária para os respondentes na estrutura física e educacional da instituição, demonstram que a inclusão de pessoas com deficiência no meio acadêmico ainda enfrenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito à adequação dos recursos e suporte personalizado e que há uma demanda por apoio especializado, como tutoria e acompanhamento específico para cada Pessoa com Deficiência. Outro problema a ser considerado é a forma com que a própria instituição de ensino superior é operada, em uma base cuja uma de suas principais funções é a preparação para a vida profissional, elementos como a padronização do ambiente acadêmico estabelecido sob rígidos padrões como a necessidade de avaliações padronizadas, falham por natureza em colaborar para o objetivo antes citado, uma vez que ignora as únicas particularidades e necessidades de cada indivíduo.

A falta de apoio de colegas e professores e os obstáculos enfrentados na inclusão durante atividades sociais, são as questões com maiores indicativos de desafio no ambiente acadêmico por parte dos respondentes. Revelando que a construção de uma sociedade equitativa passa pelo fortalecimento das políticas de inclusão, treinamento de professores e tutores, e pela promoção de uma cultura de acolhimento das diversidades, cabendo a Universidade desempenhar um papel essencial nesse processo, para garantir um espaço de construção de conhecimento, melhorando suas práticas e ações para assegurar que todos os alunos tenham acesso pleno à educação.

Com o propósito de promover um ambiente acadêmico cada vez mais equitativo, propõe-se a ampliação de pesquisas em órgãos responsáveis pela inclusão desses discentes, buscando compreender a sua importância dentro da

universidade, seu impacto na vida dos estudantes auxiliados e as necessidades em sua estrutura. Como também, a análise das perspectivas do corpo docente para compreensão de suas percepções e desafios em relação a implementação de práticas pedagógicas inclusivas, explorando cada vez mais o vínculo entre as ações institucionais e as necessidades específicas dos discentes, colaborando assim para a construção de uma sociedade verdadeiramente equitativa.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

POKER, R. B.; VALENTIM, F. O. D.; GARLA, I. A. **Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo. Psicologia Escolar, Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional** v. 22, n. spe, p. 127–134, 2018.

CHAER, G.; DINIZ, R. R. P.; RIBEIRO, E. A. **A técnica do questionário na pesquisa educacional.** Revista Evidência, v. 7, n. 7, 21 out. 2012.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 2 de outubro de 2024.

A resolução do Conselho Universitário (CONSUN) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) nº 02/2008 está disponível no site wp.ufpel.edu.br/scs/ementario/ementas-das-resolucoes-do-consun acesso em 2 de outubro de 2024.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ° ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Renato Vieira da; OLIVEIRA, Ana Carolina de. **A inclusão de crianças com transtorno do espectro autista no ensino regular: análise sobre a formação de professores.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 15, n. esp. 1, p. 553-571, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13800/9333>. Acesso em: 6 out. 2024.